

ENAM – 3ª EDIÇÃO(PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira todos os dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e, em atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova
aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátil e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2504049252M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Exame Nacional da Magistratura
ENAM

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

4/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

4/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

Direito Constitucional**Samuel Marques****1**

O Governador do Estado Alfa foi afastado cautelarmente do cargo por decisão do Superior Tribunal de Justiça, em razão de uma investigação sobre desvio de verbas públicas. Durante o período do afastamento, o Governador propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal, questionando a constitucionalidade de uma lei estadual que alterava o regime jurídico dos servidores públicos estaduais.

Diante desse contexto e da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Governador afastado cautelarmente mantém sua legitimidade para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade, pois sua condição de chefe do Executivo Estadual não é extinta pelo afastamento temporário.
- (B) O afastamento cautelar do Governador do Estado Alfa implica a perda de sua legitimidade para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade, uma vez que ele não pode exercer as funções públicas do cargo durante a suspensão.
- (C) O Governador afastado pode propor a ADI em nome do Estado Alfa, desde que demonstre interesse jurídico relevante na matéria constitucional discutida.
- (D) A legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade em nome do Estado Alfa pertence ao ente federado, e não ao seu Governador, de modo que o afastamento deste não interfere na propositura da ação.
- (E) O afastamento cautelar do Governador do Estado Alfa apenas suspende sua atuação administrativa, mas não afeta sua prerrogativa de atuar judicialmente na defesa da Constituição Estadual.

2

Em determinado contexto de grave crise institucional, o Presidente da República anunciou publicamente que poderia empregar as Forças Armadas para intervir no funcionamento do Poder Legislativo, sob a justificativa de garantir a estabilidade institucional. Além disso, afirmou que poderia agir para restabelecer a ordem no Judiciário caso identificasse decisões judiciais que, em sua visão, comprometesssem a harmonia entre os Poderes.

Diante dessa situação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O emprego das Forças Armadas para intervir no funcionamento do Poder Legislativo ou Judiciário é possível, desde que autorizado pelo Conselho da República e pelo Conselho de Defesa Nacional.
- (B) O Presidente da República pode determinar, por iniciativa própria, o emprego das Forças Armadas para restaurar a harmonia entre os Poderes, pois lhe compete a chefia suprema das Forças Armadas nos termos do artigo 142 da Constituição Federal.
- (C) A utilização das Forças Armadas pelo Presidente da República está condicionada às competências materiais estabelecidas pela Constituição e não pode ser exercida contra os próprios Poderes entre si.
- (D) Caso haja pedido formal do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, o Presidente da República poderá empregar as Forças Armadas para resolver conflitos institucionais entre os Poderes.
- (E) O artigo 142 da Constituição Federal confere ao Presidente da República poder discricionário para utilizar as Forças Armadas na defesa da ordem pública e dos Poderes constituídos, independentemente de autorização de outros órgãos.

3

João, servidor público aposentado, foi diagnosticado com uma doença grave prevista em lei como hipótese de isenção de imposto de renda. Sem realizar qualquer requerimento administrativo prévio, ele ajuizou uma ação judicial para que fosse reconhecido seu direito à isenção e para a devolução dos valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos.

Diante desse cenário e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ajuizamento da ação para reconhecimento da isenção de imposto de renda por doença grave exige a comprovação de prévio requerimento administrativo, pois a administração deve ter a oportunidade de analisar o pedido antes do ingresso no Judiciário.
- (B) A exigência de prévio requerimento administrativo para o reconhecimento de isenção de imposto de renda por doença grave não viola o princípio da inafastabilidade da jurisdição, pois não impede o acesso ao Judiciário, mas apenas impõe uma etapa preliminar obrigatória.
- (C) O Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que o ajuizamento de ação para o reconhecimento de isenção de imposto de renda por doença grave e para a repetição do indébito tributário não exige prévio requerimento administrativo.
- (D) O princípio da inafastabilidade da jurisdição não se aplica a casos tributários, sendo legítima a exigência de esgotamento das vias administrativas antes do ingresso de ações judiciais envolvendo isenções fiscais.
- (E) O prévio requerimento administrativo é indispensável para qualquer pedido de isenção tributária, pois a administração tributária possui competência exclusiva para o reconhecimento de benefícios fiscais.

4

O Município Alfa editou lei complementar que conferia às Guardas Municipais atribuições ampliadas, incluindo o poder de investigação criminal, a condução coercitiva de suspeitos e a realização de interceptações telefônicas, sob a justificativa de fortalecer a segurança urbana. A lei foi contestada no Judiciário, sob a alegação de que extrapolava os limites constitucionais das Guardas Municipais. Diante desse cenário e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei municipal é constitucional, pois os municípios possuem autonomia para regulamentar suas Guardas Municipais e atribuir-lhes funções que entendam necessárias à preservação da ordem pública.
- (B) A lei municipal é parcialmente inconstitucional, pois as Guardas Municipais podem exercer ações de policiamento ostensivo e comunitário, mas são vedadas de desempenhar funções típicas de polícia judiciária, como a investigação criminal.

(C) A Constituição Federal veda qualquer tipo de atuação ostensiva das Guardas Municipais, pois sua competência está limitada à proteção de bens, serviços e instalações municipais.

- (D) A lei municipal é constitucional, pois os municípios possuem competência legislativa plena para regular a atuação de suas Guardas Municipais, independentemente de normas gerais estabelecidas pelo Congresso Nacional.
- (E) As Guardas Municipais exercem função de segurança pública equiparada à das polícias militares e civis, possuindo atribuições idênticas no combate ao crime e na investigação criminal.

5

O Ministério Público do Estado Alfa ajuizou ação contra o governo estadual requerendo a retirada de símbolos religiosos afixados em locais de ampla visibilidade nos prédios públicos do estado, sob a alegação de que sua presença violaria o princípio da laicidade estatal e o dever de neutralidade religiosa do Estado. Em sua defesa, o governo estadual sustentou que a presença desses símbolos refletia a tradição cultural e histórica da sociedade brasileira, sem qualquer imposição religiosa. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e na interpretação constitucional sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos viola o princípio da laicidade estatal, pois demonstra uma relação de dependência do Estado com determinada crença religiosa, sendo obrigatória sua remoção.
- (B) O Estado pode subvencionar igrejas e cultos religiosos que representem a cultura predominante de determinada região, desde que haja interesse público na preservação das tradições locais.
- (C) A fixação de símbolos religiosos em locais públicos viola o princípio da impessoalidade da administração pública, pois transmite uma mensagem de preferência estatal por determinada crença religiosa.
- (D) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, desde que com o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não afronta os princípios da laicidade estatal, da impessoalidade e da não discriminação.
- (E) A laicidade estatal exige que qualquer manifestação religiosa seja completamente excluída dos espaços públicos, independentemente do contexto histórico e cultural da sociedade.

6

Durante a pandemia de Covid-19, o Estado Alfa e o Município Beta editaram normas que impunham restrições sanitárias à circulação de pessoas, exigindo o uso obrigatório de máscaras e o cumprimento de medidas de distanciamento social. Um indivíduo foi autuado e processado criminalmente por descumprir tais normas, sendo enquadrado no artigo 268 do Código Penal, que tipifica a infração de medida sanitária preventiva. Em sua defesa, alegou que apenas a União poderia criar normas penais, tornando ilegítima a criminalização baseada em determinações estaduais e municipais.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e na interpretação constitucional sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O artigo 268 do Código Penal veicula norma penal em branco, podendo ser complementado por atos normativos infralegais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitadas as suas respectivas esferas de atuação.
- (B) A competência para legislar sobre direito penal é privativa da União, de modo que normas estaduais e municipais não podem complementar o artigo 268 do Código Penal.
- (C) Apenas a União pode definir normas sanitárias aptas a complementar o artigo 268 do Código Penal, uma vez que os Estados e Municípios não possuem competência legislativa concorrente em matéria penal.
- (D) O descumprimento de normas estaduais ou municipais de combate à pandemia não configura infração de medida sanitária preventiva, pois a Constituição veda que entes federados subnacionais criem obrigações penais não previstas expressamente em lei federal.
- (E) A punição por infração de medida sanitária preventiva somente pode ocorrer quando houver regulamentação específica por meio de lei formal aprovada pelo Congresso Nacional.

7

O Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado Alfa (SIMPI) ingressou com ação judicial pleiteando o reconhecimento de sua representatividade sindical exclusiva para empresas de pequeno porte e microempresas do setor industrial, sob o argumento de que essas empresas possuem características próprias e necessitam de uma entidade sindical específica. No entanto, a Federação das Indústrias do Estado questionou a validade desse sindicato, alegando que a criação de um sindicato exclusivo para micro e pequenas empresas violaria o princípio da unicidade sindical previsto na Constituição. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e na interpretação constitucional sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da unicidade sindical impede a criação de sindicatos distintos com base no critério do número de empregados ou no porte da empresa, pois a representatividade deve seguir a definição de categoria econômica ou profissional.
- (B) A Constituição permite a criação de sindicatos específicos para micro e pequenas empresas, pois a diferenciação entre esses grupos é reconhecida no ordenamento jurídico, garantindo-lhes representação sindical exclusiva.
- (C) O princípio da unicidade sindical previsto no artigo 8º da Constituição Federal exige que todas as empresas do setor industrial estejam representadas por um único sindicato, independentemente de sua localização territorial.
- (D) A representatividade sindical pode ser fragmentada conforme o porte da empresa, pois a Constituição Federal garante a liberdade sindical plena, sem qualquer restrição quanto à criação de sindicatos diferenciados por categoria econômica.
- (E) A quantidade de empregados de uma empresa pode ser utilizada como critério válido para a criação de um novo sindicato, desde que respeitada a base territorial mínima estabelecida constitucionalmente.

8

No contexto de um regime democrático, a criação e a reforma da Constituição são disciplinadas por regras que delimitam o exercício do Poder Constituinte. Sob essa perspectiva, um grupo de juristas defendeu a possibilidade de modificação do texto constitucional por meio de interpretação evolutiva, sem necessidade de seguir o procedimento formal de emenda constitucional previsto na Constituição Federal. Além disso, argumentaram que Estados e Municípios deveriam ter maior liberdade para definir suas normas fundamentais, inclusive adotando estruturas organizacionais próprias, desvinculadas do modelo federal.

Considerando a Teoria do Poder Constituinte e a sistematica constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Poder Constituinte Originário, por sua característica de ser juridicamente ilimitado, pode, ao longo do tempo, sofrer restrições impostas pelo Poder Constituinte Derivado Reformador, garantindo maior estabilidade ao texto constitucional.
- (B) O Poder Constituinte Derivado está sujeito apenas às limitações formais previstas no artigo 60 da Constituição Federal, não havendo restrições materiais ou circunstanciais à sua manifestação.
- (C) O Poder Constituinte Difuso refere-se ao poder exercido pelos Estados-membros para elaborar suas próprias Constituições Estaduais, sendo uma manifestação do federalismo brasileiro.
- (D) O Poder Constituinte Decorrente dos Estados permite a criação de normas organizacionais que rompam com princípios estruturantes da Constituição Federal, desde que respeitada a autonomia estadual.
- (E) A mutação constitucional, decorrente do Poder Constituinte Difuso, não altera formalmente o texto constitucional, mas permite a evolução interpretativa da norma, adequando-a às transformações sociais sem violar o princípio da rigidez constitucional.

9

Acerca da legitimidade para a propositura de ações de controle concentrado de constitucionalidade, analise as afirmativas a seguir:

- I – Um partido político com representação no Congresso Nacional no momento da propositura de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) mantém sua legitimidade ativa mesmo que perca sua representação parlamentar posteriormente.
- II – Entidades de classe de âmbito nacional possuem legitimidade ativa para a propositura de ADI, independentemente de sua representatividade geográfica, desde que defendam interesses diretos da categoria profissional que representam.
- III – O rol de legitimados para a propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é taxativo e não pode ser ampliado por interpretação jurisprudencial.

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas a afirmativa II está correta.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

10

Acerca dos mecanismos de interpretação constitucional e da mutação constitucional no ordenamento jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I – A interpretação conforme busca preservar a constitucionalidade de uma norma ao excluir interpretações que a tornariam inconstitucional, sendo uma técnica aplicável pelo Supremo Tribunal Federal dentro dos limites da razoabilidade e da coerência com o texto constitucional.
- II – A mutação constitucional altera formalmente o texto da Constituição, sendo um mecanismo equiparável ao processo legislativo de emendas constitucionais, utilizado para adaptar normas constitucionais às novas realidades sociais e políticas.
- III – No Brasil, a interpretação conforme pode ocorrer sem redução de texto, permitindo que normas infraconstitucionais sejam compatibilizadas com a Constituição sem necessidade de alteração literal do dispositivo interpretado.

Com base na jurisprudência e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

11

A Constituição Federal estabelece a competência tributária dos Municípios para instituir determinados impostos. A respeito dessa competência e das normas aplicáveis, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Compete aos Municípios instituir o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), sendo possível a adoção de alíquotas diferenciadas de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (B) O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incide sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
- (C) O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre prestações de serviços de transporte intermunicipal e de comunicação, sendo sua regulamentação definida exclusivamente por lei municipal.
- (D) A imunidade tributária dos templos de qualquer culto em relação ao IPTU abrange também os imóveis alugados por entidades religiosas, mesmo que não sejam proprietárias do bem.
- (E) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo se a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda desses bens, locação ou arrendamento mercantil.

12

O concurso público é principal forma para o acesso a cargos e empregos públicos na Administração direta e indireta, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Ele visa garantir a isonomia, imparcialidade, moralidade e eficiência, evitando nomeações arbitrárias e favorecimentos pessoais.

Com relação ao direito dos candidatos aprovados em concurso público e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital possui direito subjetivo à nomeação, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas pela Administração Pública.
- (B) O candidato aprovado em concurso público para cadastro de reserva somente poderá pleitear a nomeação se demonstrar que houve preterição decorrente da convocação irregular de outros candidatos ou contratação indevida de servidores temporários.
- (C) A administração pública está obrigada a nomear todos os candidatos aprovados em cadastro de reserva, independentemente da existência de vagas e da conveniência administrativa, pois a aprovação no certame gera direito subjetivo à investidura no cargo.

- (D) A preterição de candidatos aprovados no cadastro de reserva só pode ser reconhecida se ocorrer dentro do prazo de validade do concurso, sendo incabível ação judicial ajuizada após sua expiração.
- (E) A jurisprudência do STF reconhece que a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, quando decorrente de preterição comprovada, pode gerar direito à indenização pelos prejuízos sofridos pelo candidato.

13

A prerrogativa de foro, também chamada de foro por prerrogativa de função, é um mecanismo jurídico previsto na Constituição Federal de 1988 que estabelece que determinadas autoridades devem ser julgadas originalmente por tribunais superiores, e não pela justiça comum de primeiro grau. Essa prerrogativa visa garantir o exercício independente e eficiente de funções essenciais ao Estado, prevenindo perseguições políticas e interferências indevidas.

O Supremo Tribunal Federal revisou seu entendimento sobre a prerrogativa de foro em processos penais envolvendo autoridades.

Com base nesse entendimento e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) O novo entendimento do STF estabelece que a prerrogativa de foro se aplica a todas as infrações penais cometidas por autoridades, independentemente de estarem relacionadas ao exercício do cargo.
- (B) O envio do processo à primeira instância após o término do mandato da autoridade pública é obrigatório, mesmo que o crime tenha sido cometido no cargo e em razão dele.
- (C) A prerrogativa de foro, conforme a nova decisão do STF, depende da conclusão da instrução processual antes da saída da autoridade do cargo para ser mantida na instância superior.
- (D) A diplomação do parlamentar ou de outra autoridade pública gera, automaticamente, a remessa de todos os seus processos penais para julgamento no STF.
- (E) A nova interpretação do STF estabelece que a prerrogativa de foro deve ser mantida mesmo após o término do exercício do cargo, desde que o crime tenha sido cometido durante a função e em razão dela, evitando deslocamentos processuais que possam comprometer a celeridade da justiça.

14

O adicional de férias, também chamado de terço constitucional de férias, é um direito garantido aos trabalhadores brasileiros pela Constituição Federal de 1988. Trata-se de um valor adicional correspondente a um terço (1/3) do salário do empregado, pago juntamente com a remuneração das férias. Esse direito visa proporcionar ao trabalhador melhores condições financeiras durante seu período de descanso.

O Supremo Tribunal Federal foi provocado para analisar a constitucionalidade da limitação do adicional de férias anuais para membros da magistratura e do Ministério Público, com base no entendido pela corte, assinale a alternativa correta.

- (A) O adicional de um terço sobre as férias dos membros da magistratura e do Ministério Público deve incidir sobre o valor correspondente ao total das férias usufruídas, mesmo que estas sejam superiores a trinta dias anuais.
- (B) O Supremo Tribunal Federal determinou que, para os membros do Ministério Público e da magistratura, o adicional de férias deve ser limitado ao equivalente a trinta dias, independentemente da duração das férias anuais concedidas.
- (C) O artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal não se aplica aos membros da magistratura e do Ministério Público, pois estes possuem regime jurídico próprio, regulado exclusivamente por normas infraconstitucionais.
- (D) O adicional de um terço sobre as férias dos magistrados e membros do Ministério Público pode ser reduzido por lei estadual específica, desde que observada a razoabilidade e a proporcionalidade na fixação dos valores.
- (E) O STF entendeu que a concessão de férias superiores a trinta dias para magistrados e membros do Ministério Público configura privilégio constitucional, devendo ser reduzida para se adequar ao modelo adotado para os demais trabalhadores.

15

Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I – Cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados aferir o preenchimento dos requisitos necessários para a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), podendo recusar seu funcionamento caso entenda que não há fundamento jurídico para sua criação.

II – As CPIs possuem competência para encaminhar seu relatório circunstanciado não apenas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, mas também a outros órgãos públicos, incluindo documentação que possibilite a instauração de inquérito policial.

III – O mandado de segurança é meio processual adequado para impugnar relatório parcial de CPI, pois eventuais abusos cometidos pela comissão devem ser passíveis de controle judicial, mesmo antes da conclusão dos trabalhos.

Com base na jurisprudência do STF, é correto afirmar:

- (A) apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- (B) apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- (C) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- (D) apenas a afirmativa III está incorreta.
- (E) apenas a afirmativa I está incorreta.

16

O Município Alfa, por meio de decreto municipal, determinou a realização de uma cerimônia oficial em homenagem ao aniversário do golpe militar de 1964, com recursos financeiros provenientes do orçamento público local. A medida gerou reação de entidades da sociedade civil e do Ministério Público, que ajuizou ação alegando afronta à Constituição Federal e lesão ao patrimônio imaterial da União.

Diante do caso concreto e do entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização de recursos públicos para promover comemorações alusivas ao golpe militar de 1964 atenta contra a Constituição e configura ato lesivo ao patrimônio imaterial da União, conforme decidido pelo STF sob a sistemática da repercussão geral.
- (B) O uso de verbas públicas para a realização de eventos comemorativos ao golpe de 1964 é permitido, desde que haja previsão orçamentária específica e que a iniciativa seja fundamentada no princípio da autonomia municipal.
- (C) A decisão do STF sobre a constitucionalidade do uso de recursos públicos para celebrar o golpe de 1964 restringe-se ao âmbito federal, não se aplicando a estados e municípios devido à autonomia dos entes federativos.
- (D) A realização de eventos comemorativos ao golpe militar de 1964 com recursos públicos não configura ofensa ao patrimônio imaterial da União, pois se trata de um ato de manifestação política protegido pela liberdade de expressão.
- (E) O STF reconheceu que a vedação ao uso de recursos públicos para comemorações alusivas ao golpe militar de 1964 se aplica apenas à União, podendo os demais entes federativos promover tais eventos sem qualquer restrição constitucional.

Direito Administrativo**Renato Borelli****17**

A autarquia Gama, responsável pela fiscalização de estabelecimentos especializados no comércio de gêneros alimentícios, constatou, em fiscalização de rotina, que um grande supermercado localizado no Município Beta estava operando de forma irregular e comercializando produtos com validade expirada. Aplicadas as sanções cabíveis, inclusive a penalidade de multa, a autarquia, a fim de garantir o pagamento da sanção pecuniária, apreendeu produtos dentro do prazo de validade, cujo valor total correspondesse exatamente ao valor da multa e que pudessem ser aproveitados pela própria autarquia, como pães, sucos e café.

Considerando o cenário narrado, indique a alternativa correta.

- (A) A apreensão de bens foi adequada e decorre do atributo da autoexecutoriedade, inerente aos atos de polícia.
- (B) A apreensão de bens não foi adequada, somente sendo viável se precedida de pesquisa de mercado que corroborasse a compatibilidade dos preços com a média de mercado.
- (C) A apreensão de bens não foi adequada, visto que a cobrança de multas não pode ser realizada de forma coercitiva no exercício da autoexecutoriedade.
- (D) A apreensão de bens não foi adequada, somente sendo viável se precedida de licitação na modalidade leilão.
- (E) A apreensão foi adequada, dada a possibilidade de discricionariedade da Administração Pública.

18

Pode-se definir o ato administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário. (PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.)

Nesse cenário, é correto afirmar:

- (A) A autorização classifica-se como ato discricionário e gratuito.
- (B) Os atos administrativos, por serem individuais, distinguem-se dos atos legislativos, dotados de caráter geral.
- (C) São formas de extinção do ato administrativo: revogação, convalidação, cassação e anulação.
- (D) Tanto os atos administrativos vinculados quanto os discricionários são passíveis de convalidação.
- (E) Ao Judiciário é impossível se manifestar sobre a discricionariedade do ato, tendo em vista o mérito administrativo.

19

Pedro é ocupante de cargo público efetivo no Tribunal de Justiça do Estado Beta, na posição de analista judiciário. Por ser uma pessoa dedicada, com grande conhecimento do ordenamento jurídico, Pedro encontra-se em posição de destaque em seu ofício, gozando de grande prestígio entre seus colegas, que sempre o procuram para sanar dúvidas relacionadas ao trabalho. Em razão de sua inteligência e perspicácia, Pedro notou que as estratégias dadas por seus superiores hierárquicos, em que pese legais, vão de encontro à noção de eficiência que pauta a administração pública, razão pela qual decidiu não acatar qualquer delas, orientando seus colegas a fazerem o mesmo.

Considerando a situação narrada, correto afirmar que:

- (A) o princípio da supremacia do interesse público legitima a conduta de Pedro, que, enquanto servidor público, tem plena liberdade de atuação, não precisando submeter-se às ordens emanadas de seus superiores hierárquicos.
- (B) inexistindo escalonamento de competências no âmbito da administração pública, Pedro tem o poder-dever de atuar da forma que julgue mais apropriada para o interesse público.
- (C) à medida que o princípio da eficiência prepondera sobre os demais princípios regentes da atividade administrativa, a conduta de Pedro é constitucionalmente adequada.
- (D) Pedro e seus colegas possuem o dever de obediência às ordens legais emanadas de seus superiores, em virtude da relação de subordinação estabelecida pelo poder hierárquico.
- (E) Pedro, a partir do momento em que se torna agente público, não precisa seguir ordens hierárquicas, tendo em vista a necessidade de seguir apenas as orientações e deveres do regime jurídico ao qual se subordina.

20

A Lei Municipal n. 123 dispõe sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais locais. A fim de garantir maior especificidade e eficiência à lei, especificamente nas áreas caracterizadas pela presença de residências, o prefeito municipal editou o Decreto n. 456 com o objetivo de regulamentar a norma legal.

Na situação narrada, a conduta do prefeito está fundamentada no poder administrativo:

- (A) hierárquico, pelo qual o Poder Executivo, em matérias administrativas, sobrepõe-se ao Poder Legislativo, podendo expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- (B) discricionário, que confere ao Poder Executivo liberdade de atuação, viabilizando a edição de decretos e regulamentos para a fiel execução da lei regulamentada.
- (C) normativo, cuja função é estabelecer atos administrativos gerais e abstratos para garantir a fiel execução da lei, detalhando seus termos de forma mais específica.
- (D) de polícia, exercido pelo Poder Executivo com o propósito de limitar os direitos dos particulares em prol do interesse público.
- (E) disciplinar, pois esclarece a maneira de cumprimento da Lei Municipal n. 123.

21

Bruna, governadora do Estado Alfa, notou a necessidade da existência de entidade da administração pública indireta para fornecimento de determinados serviços de extrema importância para a população.

Após reunião com os secretários de Estado, optaram pela instituição de uma empresa pública.

Sobre as empresas públicas e o seu processo de criação, é correto afirmar que são criadas:

- (A) diretamente por lei específica.
- (B) após autorização por lei específica, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (C) mediante decreto específico do Poder Executivo.
- (D) após autorização por lei específica.
- (E) após autorização por lei específica, que obrigatoriamente deve ser lei complementar.

22

A entidade privada Beta, sem fins lucrativos, qualificada como organização da sociedade civil, apresenta uma proposta de parceria com a administração pública. O objetivo principal é alcançar finalidades de interesse público e recíproco, com a transferência de recursos financeiros em seu favor.

Nesse contexto, a parceria entre a Beta e a administração pública deverá ser formalizada mediante:

- (A) termo de fomento.
- (B) acordo de cooperação.
- (C) termo de parceria.
- (D) termo de colaboração.
- (E) contrato de gestão.

23

Depois de se envolver em um acidente de trânsito no Município Delta, Jonas foi levado para um hospital municipal onde recebeu atendimento imediato e passou por uma cirurgia de emergência em um dos ombros. No entanto, após receber alta, começou a experimentar dores constantes no local, o que acabou limitando a movimentação de seu braço.

Inconformado com o que aconteceu, Jonas tem a intenção de entrar com uma ação de responsabilidade civil contra o Município Delta, uma vez que o hospital é uma entidade da administração pública municipal direta.

Determinado e com os documentos que comprovam a imperícia dos profissionais responsáveis pelo procedimento cirúrgico, Jonas procurou você, como advogado(a), que corretamente lhe explicou que:

- (A) a responsabilidade civil do Município Delta é de natureza mista, com base na culpa do serviço.
- (B) a responsabilidade civil do Município Delta está condicionada à identificação dos profissionais envolvidos no caso e à comprovação de que eles agiram com dolo ou culpa durante o atendimento médico prestado a Jonas.
- (C) a responsabilidade civil do Município Delta é de natureza objetiva, cabendo a Jonas demonstrar o nexo causal e o dano, dispensada a comprovação de dolo ou culpa.
- (D) a responsabilidade civil do Município Delta está fundamentada na teoria do risco administrativo, só excluída na hipótese de fortuito externo.
- (E) a responsabilidade, no caso, é de caráter civil, subjetiva, em razão do erro médico.

24

Em uma viagem intermunicipal, o ônibus utilizado para o transporte de passageiros, operado por uma empresa concessionária de serviço público, colidiu com um ônibus de natureza privada, ferindo alguns passageiros nele presentes.

Com base no texto constitucional, a responsabilidade da concessionária de serviço público pelos danos sofridos pelos passageiros:

- (A) subjetiva, dependente da demonstração de dolo ou culpa.
- (B) objetiva, com fundamento na teoria do risco integral.
- (C) objetiva, com fundamento na teoria do risco administrativo e passível de exclusão na hipótese de culpa exclusiva da vítima.
- (D) objetiva, desde que os passageiros feridos sejam usuários do serviço público prestado.
- (E) não há responsabilidade, pois a colisão ocorreu com outro veículo de natureza privada e, para caracterizar a responsabilidade estatal, ambos os veículos deveriam ser de transporte público.

25

Após análises estratégicas conduzidas pela Secretaria Estadual de Educação, o Estado Alfa optou por dar início às obras de construção de duas novas escolas de ensino fundamental no bairro Delta, seguindo critérios de oportunidade e conveniência. No entanto, a associação de moradores do bairro Ômega expressou descontentamento e apresentou uma ação civil pública, com o objetivo de requerer que escolas sejam fixadas no bairro Ômega, alega um maior número de jovens carentes e sem o devido ensino formal.

Considerando os limites de controle jurisdicional sobre os atos administrativos, a reivindicação da associação de moradores do bairro Ômega deverá ser declarada:

- (A) procedente, pois sendo de natureza vinculada o ato que define o local onde serão construídas as escolas, compete ao Poder Judiciário examinar tanto o mérito, como a legalidade do ato administrativo, revogando os inoportunos e inconvenientes ao interesse público.
- (B) improcedente, pois sendo de natureza discricionária o ato que define o local onde serão construídas as escolas, compete ao Poder Judiciário examinar tanto o mérito, como a legalidade do ato administrativo, revogando os inoportunos e inconvenientes ao interesse público.
- (C) improcedente, pois sendo de natureza discricionária o ato que define o local onde serão construídas as escolas, não compete ao Poder Judiciário examinar o mérito administrativo, limitando-se a um controle de legalidade do ato administrativo.

(D) procedente, pois compete ao Poder Judiciário, enquanto guardião dos direitos fundamentais, examinar o mérito administrativo e definir o local mais apropriado para a construção das escolas.

(E) procedente, pois independentemente da natureza do ato administrativo, o Poder Judiciário poderá analisá-lo.

26

Artur foi aprovado em concurso público para o cargo de agente da Polícia Civil do Estado Alfa. Passados alguns meses, em outubro de 2022, foi oficialmente nomeado e empossado no cargo, cumprindo com todas as suas funções, como cumprimento de mandados, efetuação de prisões, participação em operações especiais e todas as demais funções inerentes à polícia judiciária. Contudo, em abril de 2023, a nomeação de Artur foi anulada de acordo com uma decisão do Tribunal de Contas do Estado Alfa. Isso aconteceu porque a homologação do concurso, realizada pelo Secretário de Segurança Pública, não era apropriada, visto que a competência para tal ato deveria recair sobre o Governador do Estado.

Diante dessa circunstância, os atos administrativos realizados por Artur são considerados:

- (A) nulos de pleno direito, uma vez que estava exercendo o ofício com usurpação de função.
- (B) válidos, dado que agia como agente de fato.
- (C) nulos, uma vez que agia em flagrante abuso de poder.
- (D) válidos, com fundamento na teoria da aparência, dado que a posse posterior no cargo deve retroagir, tornando a nomeação válida.
- (E) revogáveis, em razão da discricionariedade.

**Noções Gerais de Direito
e Formação Humanística**
Juliano Alves

27

Com base nos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, assinale a alternativa correta.

(A) A identidade de gênero está necessariamente atrelada ao sexo biológico da pessoa, não permitindo variações entre a experiência de gênero e o sexo atribuído no nascimento.

(B) A orientação sexual se refere exclusivamente à atração sexual entre indivíduos de gêneros diferentes, excluindo outras possibilidades de atração afetiva ou emocional.

(C) A identidade de gênero se limita à forma como uma pessoa se veste ou se comporta socialmente, sem relação com a experiência interna e subjetiva de cada indivíduo.

(D) A orientação sexual diz respeito à atração emocional, afetiva ou sexual de uma pessoa por indivíduos de gêneros diferentes, do mesmo gênero ou de mais de um gênero.

(E) O conceito de identidade de gênero não abrange a possibilidade de modificações na aparência ou função corporal por meio de intervenções médicas ou cirúrgicas.

28

Com base nos conceitos de neutralidade e imparcialidade no Poder Judiciário tal como descritos no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, assinale a alternativa correta.

- (A) A neutralidade do Poder Judiciário, no Estado Liberal, exigia que a pessoa julgadora se mantivesse inerte, sem qualquer obrigação de se distanciar dos interesses político-partidários.
- (B) A imparcialidade, na concepção clássica, relaciona-se exclusivamente à ausência de pressões externas sobre a pessoa que julga, sem considerar sua subjetividade ou eventuais interesses pessoais.
- (C) No Estado Democrático de Direito, a imparcialidade permanece restrita à perspectiva subjetiva, sem qualquer relação com a estrutura e o funcionamento do devido processo legal.
- (D) A concepção contemporânea da imparcialidade, no Estado Democrático de Direito, inclui não apenas a subjetividade da pessoa julgadora, mas também a garantia de um processo justo, sob o ponto de vista procedural.
- (E) A imparcialidade objetiva, no contexto atual, refere-se exclusivamente à isenção da pessoa julgadora em relação às partes, sem qualquer conexão com a condução do devido processo legal.

29

Segundo Robert Alexy, a reserva do possível seria tudo aquilo que o indivíduo pode exigir, de modo razoável, do Estado. Isto significa que os direitos devem ser ponderados, inclusive os direitos sociais, que, por não terem caráter absoluto, devem estar delimitados pela colisão de valores verificados no caso concreto.

Com base nesse entendimento, assinale a alternativa correta.

- (A) Para os defensores da corrente proceduralista, a reserva do possível fundamenta-se exclusivamente na escassez de recursos públicos, sendo inviável a exigência judicial de qualquer direito social que implique gasto estatal.
- (B) Segundo Canotilho, a reserva do possível é um princípio absoluto que impede a efetivação de direitos sociais sempre que houver restrição orçamentária, tornando desnecessária qualquer análise judicial sobre o tema.
- (C) A Constituição Federal impede a atuação do Poder Judiciário na concretização dos direitos sociais, pois o orçamento público, previsto em leis como o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, fixa um limite intransponível para os gastos estatais.
- (D) De acordo com Sarlet e Figueiredo, a reserva do possível não exclui a atuação do Poder Judiciário na concretização dos direitos sociais, mas exige que essa atuação seja realizada com cautela e responsabilidade, considerando a escassez de recursos.
- (E) A reserva do possível é um princípio jurídico que autoriza a Administração Pública a dispor livremente dos recursos estatais, sem necessidade de observar qualquer limite orçamentário na efetivação dos direitos fundamentais.

30

O positivismo jurídico, como abordagem avalorativa do direito, busca transformá-lo em uma ciência similar às ciências físico-matemáticas, naturais e sociais. O traço essencial dessa abordagem científica é a avaloratividade, a distinção entre juízos de fato e juízos de valor. Com base nesse entendimento, assinale a alternativa correta.

- (A) O positivismo jurídico rejeita completamente a noção de validade das normas, pois considera que o direito deve ser analisado apenas em termos de sua justiça e moralidade.
- (B) O juspositivismo define o direito a partir de critérios morais e valorativos, pois considera que a justiça é um elemento essencial para determinar a validade das normas jurídicas.
- (C) No positivismo jurídico, a validade de uma norma depende exclusivamente de sua correspondência com valores morais preestabelecidos, sendo irrelevantes sua origem e sua forma de produção.
- (D) Para o juspositivista, o direito deve ser estudado de forma avalorativa, ou seja, como um fenômeno social posto pelo Estado, independentemente de seu conteúdo moral, concentrando-se em sua validade formal.
- (E) O positivismo jurídico sustenta que o direito é sempre um reflexo direto da moralidade e, portanto, a validade das normas jurídicas está condicionada à sua adequação a ideais de justiça previamente estabelecidos.

31

Assim dispõe o Valor 5 (IGUALDADE) dos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial: “*Assegurar a igualdade de tratamento de todos perante as cortes é essencial para a devida execução do ofício judicial*”.

Com base nesse princípio, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O juiz deve evitar estereotipar, pois a imparcialidade judicial pode ser comprometida tanto na prática quanto na percepção pública caso ele adote atitudes baseadas em preconceitos, mitos ou estereótipos.
- (B) O compromisso com a igualdade exige que o juiz tenha sensibilidade para reconhecer atitudes discriminatórias e corrija práticas que possam refletir parcialidade ou favorecer determinados grupos em detrimento de outros.
- (C) A discriminação de gênero pode se manifestar de forma sutil, por meio de discurso, gestos ou condutas que reforcem desigualdades, como o uso de expressões condescendentes ao se referir a advogadas, o que pode minar sua confiança profissional.

(D) O assédio sexual no ambiente judicial, praticado contra funcionários da corte, advogados, litigantes ou colegas, pode ser antiético, mas não é necessariamente ilegal, pois depende do contexto e da percepção subjetiva da vítima.

(E) O juiz tem o dever de garantir que a corte ofereça igual acesso a homens e mulheres, tanto no relacionamento direto com as partes, advogados e funcionários, quanto ao assegurar que esses agentes também mantenham relações respeitosas entre si.

32

Considerando a imprescindibilidade de regulamentação específica para o emprego de técnicas de inteligência artificial generativa no âmbito do Poder Judiciário, com plena transparência e publicidade, de modo a assegurar que sua utilização esteja em consonância com valores éticos fundamentais, incluindo dignidade humana, respeito aos direitos humanos, não discriminação, devido processo, devida motivação e fundamentação da prestação da atividade jurisdicional, prestação de contas e responsabilização, o CNJ recentemente disciplinou o tema no âmbito do Poder Judiciário.

Com base nessa regulamentação, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso de inteligência artificial generativa no Poder Judiciário pode substituir integralmente a atividade jurisdicional humana, desde que seja garantida a conformidade com os princípios de transparência e fundamentação.
- (B) A governança das soluções de inteligência artificial nos tribunais deve respeitar a autonomia dos tribunais, permitindo o desenvolvimento local de soluções inovadoras, desde que atendam aos padrões de auditoria, monitoramento e transparência definidos pelo CNJ.
- (C) Os sistemas de inteligência artificial utilizados pelo Poder Judiciário não precisam de mecanismos de supervisão humana, pois são projetados para operar de maneira autônoma e eficiente, sem a necessidade de revisão judicial.
- (D) Os tribunais estão autorizados a utilizar inteligência artificial para valorar traços de personalidade e prever o cometimento de crimes, desde que utilizem fontes de dados seguras e auditáveis.
- (E) A utilização de inteligência artificial generativa no Poder Judiciário dispensa a necessidade de auditoria e monitoramento contínuos, pois seu desenvolvimento segue rigorosos padrões tecnológicos e de segurança.

Direitos Humanos**Matheus Atalano****33**

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, é um dos principais tratados do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Com base nesse tratado, assinale a alternativa correta.

- (A) A CADH permite que um Estado denuncie a Convenção e, ao mesmo tempo, continue vinculado à jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (B) A CADH assegura o direito à liberdade pessoal e estabelece que ninguém pode ser detido arbitrariamente, exceto em casos expressamente previstos em lei e com supervisão judicial.
- (C) A CADH não menciona o direito de propriedade, pois considera esse um tema de regulamentação exclusiva dos Estados.
- (D) A Convenção Americana não proíbe a censura prévia, permitindo que os Estados limitem a liberdade de imprensa sempre que considerarem necessário para a segurança nacional.
- (E) A Convenção estabelece que a pena de morte deve ser obrigatoriamente aplicada a crimes considerados graves pelos Estados, sem restrições.

34

A Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) trata dos direitos dos povos indígenas e tribais. Sobre suas disposições, assinale a alternativa correta.

- (A) A Convenção prevê que os povos indígenas não têm direito à consulta prévia sobre decisões administrativas ou legislativas que possam afetá-los.
- (B) O direito à terra dos povos indígenas é reconhecido pela Convenção, mas o Estado pode remover comunidades indígenas de seus territórios sempre que for necessário para o interesse público.
- (C) A Convenção estabelece que os povos indígenas têm o direito de manter e fortalecer suas instituições, culturas e tradições próprias.
- (D) A Convenção não menciona a importância do ensino na língua indígena, pois considera que a educação deve ser padronizada para todos os cidadãos.
- (E) Os Estados podem negar a implementação da Convenção n. 169 caso entendam que as normas internacionais sobre direitos humanos não são aplicáveis ao contexto nacional.

35

O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos é composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Sobre o funcionamento desses órgãos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem competência apenas para analisar petições individuais e não pode emitir recomendações a Estados.
- (B) A Corte Interamericana de Direitos Humanos julga apenas os casos encaminhados diretamente pelos cidadãos, sem necessidade de intermediação da CIDH.
- (C) A Corte IDH pode emitir sentenças contra Estados que tenham aceitado sua jurisdição, e essas decisões são vinculantes.
- (D) O Sistema Interamericano permite que os Estados solicitem à Comissão que decida sobre a legalidade de leis nacionais, sem a necessidade de denúncia de violação de direitos humanos.
- (E) A CIDH não pode realizar visitas in loco para verificar a situação dos direitos humanos nos Estados membros.

36

A Constituição Federal de 1988 consolidou os direitos humanos como núcleo fundamental da ordem jurídica brasileira. Em relação ao artigo 5º da Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição permite a pena de morte para crimes comuns em tempos de paz, desde que haja decisão do Congresso Nacional.
- (B) O Brasil admite a extradição de qualquer cidadão brasileiro, desde que haja um pedido formal de um tribunal internacional.
- (C) O artigo 5º da Constituição assegura que todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
- (D) A Constituição determina que os direitos fundamentais podem ser suspensos por ato do Presidente da República, em caso de grave crise institucional.
- (E) A liberdade de manifestação do pensamento pode ser exercida sem restrições, inclusive em casos de discurso de ódio.

37

A Teoria Geral dos Direitos Humanos envolve diversos conceitos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento histórico e normativo dessa disciplina. Sobre essa teoria, assinale a alternativa correta.

- (A) A indivisibilidade dos direitos humanos significa que os direitos civis e políticos têm prioridade sobre os direitos econômicos, sociais e culturais.
- (B) O princípio da universalidade dos direitos humanos estabelece que esses direitos devem ser garantidos a todas as pessoas, sem qualquer discriminação.
- (C) A afirmação histórica dos direitos humanos começou na Revolução Francesa, com a Declaração de 1789, sendo o primeiro documento internacional de proteção aos direitos do homem.
- (D) A terminologia dos direitos humanos distingue-se da dos direitos fundamentais, pois os primeiros são reconhecidos internacionalmente, enquanto os segundos estão limitados ao ordenamento jurídico interno dos Estados.
- (E) A teoria das gerações dos direitos humanos classifica os direitos em cinco categorias, sendo a primeira a dos direitos civis e políticos, a segunda dos direitos sociais e econômicos e a terceira dos direitos ambientais e tecnológicos.

38

Sobre os direitos consagrados nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é parte e o procedimento de incorporação desses tratados na perspectiva da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os tratados internacionais de direitos humanos incorporados pelo Brasil sempre têm status de norma infraconstitucional.
- (B) O Supremo Tribunal Federal reconhece que tratados de direitos humanos aprovados pelo rito do artigo 5º, § 3º, da Constituição têm status de emenda constitucional.
- (C) O Brasil pode denunciar tratados internacionais de direitos humanos a qualquer momento, sem necessidade de consulta ao Congresso Nacional.
- (D) Os tratados internacionais de direitos humanos nunca podem ser utilizados como parâmetro para o controle de constitucionalidade.
- (E) A Constituição impede que tratados internacionais de direitos humanos sejam aplicados diretamente pelo Poder Judiciário.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

39

Ana e Bruno foram casados por cinco anos e tiveram um filho, Pedro, de apenas três anos de idade. Após a separação, Ana mudou-se para outra cidade com o filho, onde estabeleceu residência fixa e passou a ser a principal responsável por seus cuidados. Diante da impossibilidade de reconciliação, Ana ingressa com uma ação de divórcio contra Bruno.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a competência para o processamento da ação de divórcio.

- (A) A ação deve ser proposta no último domicílio do casal, independentemente da existência de filho incapaz.
- (B) A ação deve ser proposta no domicílio do réu, Bruno, pois ele permaneceu na mesma cidade após a separação.
- (C) A ação pode ser proposta no local onde foi celebrado o casamento, pois esse é o foro de origem da relação conjugal.
- (D) A ação deve ser proposta no domicílio da guardiã do filho incapaz, ou seja, Ana, conforme prevê o Código de Processo Civil.
- (E) A ação deve ser proposta no foro da capital do estado onde ocorreu o casamento, pois há interesse público envolvido.

40

O juiz Carlos foi designado para julgar uma ação de indenização por danos morais movida por João contra uma empresa de transporte rodoviário. No entanto, verifica-se que o juiz Carlos atuou como advogado de João em um processo anterior, no qual defendeu seus interesses em uma ação trabalhista contra a mesma empresa.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta sobre a participação do juiz Carlos no julgamento do caso.

- (A) O juiz Carlos poderá julgar a ação, pois a atuação como advogado em outro processo não configura impedimento.
- (B) O juiz Carlos está impedido de julgar a ação, pois já atuou como advogado de João em um processo anterior.
- (C) O juiz Carlos poderá julgar a ação, desde que a empresa de transporte não alegue suspeição.
- (D) O impedimento do juiz só ocorreria se ele tivesse atuado como advogado da empresa ré, e não do autor da ação.
- (E) O juiz Carlos poderá atuar no caso, desde que informe previamente as partes e elas concordem com sua participação.

41

Paulo comprou um veículo de Lucas, acreditando que o automóvel estava livre de quaisquer ônus. No entanto, meses depois, Maria ajuizou uma ação contra Paulo, alegando ser a verdadeira proprietária do veículo e requerendo sua restituição. Diante da situação, Paulo pretende chamar Lucas ao processo para que, caso perca a ação, possa exercer seus direitos decorrentes da evicção. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Paulo pode chamar Lucas ao processo por meio da denunciação da lide, uma vez que Lucas foi o alienante imediato do bem, e ele poderá ser responsabilizado pela evicção, caso em que a citação deverá ocorrer em 15 dias.
- (B) Paulo pode chamar Lucas ao processo, mas deve fazê-lo por meio do chamamento ao processo, pois a denunciação da lide só se aplicaria no caso de responsabilidade contratual expressa.
- (C) Paulo pode chamar Lucas ao processo, mas apenas por meio da nomeação à autoria, pois Lucas é o verdadeiro responsável pelo objeto litigioso.
- (D) Paulo pode chamar Lucas ao processo por meio da denunciação da lide, mas, caso a denunciação seja indeferida ou não seja promovida, seu direito regressivo deverá ser exercido por ação autônoma.
- (E) Paulo pode chamar Lucas ao processo, mas apenas após o trânsito em julgado da decisão sobre a propriedade do veículo, por meio de uma nova ação de indenização.

42

Ana ingressou com uma ação reivindicatória de propriedade contra Pedro, buscando a restituição de um imóvel que alega ser de sua titularidade. No entanto, durante o processo, verifica-se que João também figura como coproprietário do bem, mas não foi incluído no polo passivo da demanda. O juiz, sem determinar sua citação, profere sentença de mérito acolhendo o pedido de Ana e determinando a restituição do imóvel.

Diante dessa situação e com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A sentença é válida e eficaz, pois João, mesmo sendo coproprietário, pode ingressar posteriormente com ação própria para discutir seus direitos sobre o imóvel.
- (B) A sentença é nula, pois a decisão deveria ser uniforme para todos os coproprietários, sendo obrigatória a integração de João ao processo.

- (C) A sentença é ineficaz apenas em relação a João, mas válida quanto a Pedro, pois ele foi devidamente citado e participou do contraditório.
- (D) O juiz deveria ter proferido decisão favorável a Ana, pois João não contestou a ação, mesmo sem ter sido citado.
- (E) O juiz agiu corretamente, pois, nos casos de litisconsórcio facultativo a citação de todos os envolvidos não é necessária, dependendo do pedido do autor.

43

Mariana ajuizou uma ação contra João, pleiteando, no mesmo processo, a rescisão de um contrato de compra e venda de um imóvel e a devolução dos valores pagos, além de reintegração de posse. Ocorre que a rescisão contratual deve seguir o procedimento comum, enquanto o pedido de reintegração poderia, em tese, ser formulado em um procedimento especial.

Diante dessa situação e com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Mariana não pode formular ambos os pedidos no mesmo processo, pois não há conexão entre eles, sendo necessário ingressar com ações separadas.
- (B) A cumulação dos pedidos é permitida, desde que o juiz determine que cada um seja processado conforme seu procedimento específico, ainda que no mesmo processo.
- (C) Mariana pode cumular os pedidos, desde que utilize o procedimento comum para ambos, podendo o juiz adotar técnicas processuais diferenciadas para os pedidos que exigirem um procedimento especial.
- (D) A cumulação dos pedidos só seria possível se ambos fossem compatíveis e exigissem o mesmo procedimento, o que não ocorre no caso apresentado.
- (E) Mariana pode formular ambos os pedidos no mesmo processo, mas o juiz deve analisar apenas o primeiro e extinguir o segundo sem resolução de mérito.

44

Marcos, empresário residente no Brasil, impetrou um mandado de segurança perante o Tribunal Regional Federal contra um ato de um órgão federal que determinou a suspensão das atividades de sua empresa. Ocorre que o pedido foi denegado, e ele deseja recorrer da decisão. Paralelamente, uma empresa multinacional, sediada na Alemanha, ingressou com uma ação contra um Município brasileiro, buscando o cumprimento de um contrato de prestação de serviços. A ação foi julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça estadual, e a empresa estrangeira pretende recorrer.

Considerando as hipóteses apresentadas e com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Em ambos os casos, a parte interessada deve interpor recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, pois as decisões foram proferidas por tribunais inferiores e envolvem matéria infraconstitucional.
- (B) Marcos deve interpor recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, enquanto a empresa multinacional deve recorrer ao Superior Tribunal de Justiça por meio de recurso extraordinário.
- (C) Marcos e a empresa multinacional devem interpor recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Marcos deve interpor recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, pois seu mandado de segurança trata de direitos fundamentais, enquanto a empresa multinacional deve interpor recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Apenas a empresa multinacional pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça, pois os mandados de segurança não admitem recurso ordinário quando denegados em tribunais regionais federais.

45

Caso concreto: Carlos ajuizou uma ação contra o Estado, pleiteando indenização por danos morais e materiais devido à sua prisão ilegal. O Tribunal de Justiça estadual negou provimento ao seu pedido, fundamentando a decisão tanto em dispositivos infraconstitucionais quanto em interpretação de preceitos constitucionais sobre responsabilidade civil do Estado. Inconformado, Carlos interpôs simultaneamente um recurso especial e um recurso extraordinário, argumentando que o acórdão violou tanto normas federais do Código Civil quanto dispositivos da Constituição Federal. Durante a tramitação do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o relator entendeu que a tese constitucional suscitada por Carlos era prejudicial à análise da matéria infraconstitucional. Diante desse entendimento, decidiu sobrestrar o julgamento e remeter os autos ao Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, ao receber o processo, o relator do recurso extraordinário no STF considerou que a questão constitucional não era prejudicial à análise infraconstitucional e, com base nisso, adotou uma provisão processual específica.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal, ao discordar da prejudicialidade reconhecida pelo STJ, arquivará o recurso extraordinário e devolverá os autos ao tribunal de origem para novo julgamento da matéria infraconstitucional, cabendo agravo interno dessa decisão.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça deve julgar o recurso especial antes da remessa ao STF, salvo se o Supremo Tribunal Federal, de ofício, decidir pela necessidade de apreciação prévia da matéria constitucional.
- (C) O Supremo Tribunal Federal, ao discordar da prejudicialidade reconhecida pelo STJ, devolverá os autos ao Superior Tribunal de Justiça para que prossiga no julgamento do recurso especial, por decisão irrecorável.
- (D) O julgamento simultâneo dos recursos extraordinário e especial pelos respectivos tribunais superiores deve ocorrer sempre que a matéria constitucional e infraconstitucional forem interdependentes.
- (E) Se o STJ considerar que a questão constitucional impede o julgamento do recurso especial, o STF será obrigado a julgar o recurso extraordinário antes de qualquer decisão do STJ.

46

Em uma ação indenizatória por erro médico, a autora alega que, após um procedimento cirúrgico realizado em um hospital particular, sofreu sequelas permanentes. Ela atribui a responsabilidade ao cirurgião e à instituição hospitalar, requerendo indenização por danos materiais e morais. A ré, por sua vez, sustenta que os danos decorreram de condições preexistentes da paciente e que o procedimento foi realizado dentro dos padrões médicos adequados. O juiz, ao proferir a decisão de saneamento e organização do processo, delimitou as questões de fato controvértidas e determinou a realização de prova pericial para analisar a existência de nexo causal entre a conduta dos réus e os danos alegados. Além disso, delimita o ônus da prova de forma estática. Fixou, ainda, um prazo para apresentação do rol de testemunhas e designou audiência de instrução e julgamento.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta com base no artigo 357 do CPC:

- (A) Caso a parte ré discorde do ônus da prova determinada pelo juiz, poderá interpor agravo de instrumento, pois essa decisão afeta diretamente seu direito de defesa.
- (B) A decisão de saneamento e organização do processo, após proferida, pode sofrer pedido de esclarecimento pelas partes, no prazo de 15 dias.
- (C) Se a complexidade do caso assim exigir, o juiz deverá obrigatoriamente designar audiência para que o saneamento seja realizado de forma cooperativa com as partes, possibilitando esclarecimentos adicionais sobre as questões de fato e de direito.
- (D) O juiz, ao determinar a produção de prova testemunhal, deve conceder às partes o prazo máximo de 10 dias para apresentação do rol de testemunhas, podendo este prazo ser prorrogado mediante requerimento fundamentado.
- (E) A delimitação das questões de fato e de direito feita pelo juiz vincula as partes, que não podem sobre tal tema pedir esclarecimentos nem convencionar.

47

Em uma ação de responsabilidade civil, João obteve sentença favorável contra a empresa Alfa Ltda., que foi condenada ao pagamento de R\$ 200.000,00 por danos materiais. O trânsito em julgado ocorreu em 10 de janeiro de 2023.

No dia 15 de janeiro de 2024, João requereu o cumprimento da sentença. Nos autos, consta que Alfa Ltda. era representada por advogado constituído durante a fase de conhecimento, porém, no curso do processo, a empresa encerrou suas atividades e seu advogado renunciou ao mandato sem que fosse constituído novo patrono.

Diante dessa situação, o juiz determinou a intimação da empresa para cumprir a obrigação, mas o oficial de justiça certificou que o endereço registrado nos autos não correspondia mais à sede da empresa e que não havia informação sobre novo endereço.

Com base no artigo 513 do CPC e nas normas aplicáveis ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta.

- (A) Como o cumprimento de sentença foi requerido mais de um ano após o trânsito em julgado, a intimação da empresa deve ser feita exclusivamente por oficial de justiça, sob pena de nulidade da intimação.
- (B) A ausência de advogado constituído nos autos impede a realização da intimação pelo Diário da Justiça, devendo ser feita por edital.
- (C) Caso a empresa tenha sido citada na fase de conhecimento por edital e tenha sido revel, a intimação para cumprimento de sentença poderá ser feita também por edital.
- (D) A extinção da empresa impossibilita o cumprimento da sentença, devendo o juiz arquivar os autos por ausência de sujeito passivo para a obrigação imposta na decisão.
- (E) A empresa deveria ter regularizado a representação, caso em que não há como iniciar o cumprimento de sentença.

48

Durante o trâmite de uma ação de execução fiscal, o Tribunal de Justiça do Estado X proferiu decisão que, na visão da Fazenda Pública, desrespeita entendimento vinculante fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de repercussão geral. Diante disso, a Fazenda Pública ingressou com uma reclamação perante o STF, arguindo a violação do precedente obrigatório. Considerando o procedimento da reclamação constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) A reclamação somente será admitida se já houver o trânsito em julgado da decisão impugnada, pois antes disso o interessado deve interpor os recursos ordinários cabíveis.
- (B) O relator, ao despachar a reclamação, pode determinar a suspensão do ato impugnado se entender que há risco de dano irreparável, sendo desnecessária a oitiva prévia da autoridade reclamada.
- (C) O beneficiário da decisão impugnada será citado para apresentar contestação no prazo de 10 dias.
- (D) A autoridade apontada como responsável pelo ato impugnado tem o prazo de 15 dias para prestar informações, sob pena de nulidade do processo de reclamação.
- (E) A reclamação constitucional não admite a concessão de medida liminar para suspender os efeitos do ato impugnado, pois isso violaria a cláusula de reserva de plenário.

49

Um cidadão ajuizou ação contra o Estado X perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, pleiteando a restituição de valores indevidamente descontados de seu benefício previdenciário. O juiz proferiu sentença favorável ao autor, condenando o Estado ao pagamento da quantia de R\$ 4.000,00. Após o trânsito em julgado, foi expedida a requisição de pagamento à autoridade citada para a causa. Considerando as regras estabelecidas na Lei n. 12.153/2009, assinale a alternativa correta.

- (A) O cumprimento da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa deve ocorrer por meio de precatório, independentemente do valor da condenação.
- (B) Caso a autoridade citada para a causa não efetue o pagamento no prazo de 60 dias, o juiz poderá determinar o sequestro do valor necessário para o cumprimento da obrigação, sem necessidade de prévia oitiva da Fazenda Pública.

- (C) No caso em questão, o pagamento só poderá ser realizado mediante precatório, pois se trata de condenação imposta ao Estado.
- (D) O juiz do Juizado Especial da Fazenda Pública não possui competência para determinar o cumprimento de sentença, devendo remeter os autos à vara de execuções fiscais competente.
- (E) Se fosse cumprimento de acordo ou de sentença, com trânsito em julgado, que imponha obrigação de fazer, seria efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, independentemente de cópia da sentença ou do acordo.

50

João ajuizou uma ação contra o INSS perante o Juizado Especial Federal, pleiteando a concessão de benefício previdenciário por incapacidade. Durante a instrução, o juiz considerou necessária a realização de um exame técnico para avaliar a condição de saúde do autor. Para tanto, nomeou um perito médico, determinando que o laudo fosse apresentado até em cinco dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Com base no disposto na Lei n. 10.259/2001, assinale a alternativa correta.

- (A) A intimação das partes para ciência da nomeação do perito e apresentação de quesitos é obrigatória em todos os casos, sob pena de nulidade da prova pericial.
- (B) O perito nomeado deverá apresentar seu laudo, dependendo de intimação das partes por se tratar de questão previdenciária.
- (C) Caso a entidade pública seja vencida na causa, os honorários periciais deverão ser pagos exclusivamente pelo autor da ação, já que se trata de serviço de natureza privada.
- (D) Nas ações previdenciárias, as partes não podem apresentar quesitos nem indicar assistentes técnicos, pois a perícia é realizada de ofício pelo juiz.
- (E) O pagamento dos honorários periciais é sempre antecipado pela parte que requereu a perícia, exceto se for beneficiária da justiça gratuita.

Direito Civil**Maryanne Abreu****51**

De acordo com o Código Civil brasileiro, a emancipação é um instituto que antecipa a capacidade civil plena do menor, permitindo-lhe a prática de atos da vida civil sem assistência. Sobre as hipóteses de emancipação previstas na legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) A emancipação judicial pode ser concedida pelo juiz independentemente da manifestação dos pais, desde que o menor tenha mais de 14 anos e demonstre capacidade para gerir sua própria vida.
- (B) A emancipação voluntária ocorre por concessão dos pais ou do responsável legal, por instrumento público ou particular, e independe de homologação judicial.
- (C) A emancipação legal pode ocorrer pelo casamento, desde que o menor tenha pelo menos 16 anos e autorização dos pais ou do responsável legal.
- (D) A emancipação pode ocorrer pelo estabelecimento de relação de emprego ainda que o maior de 16 anos não passe a ter economia própria.
- (E) A emancipação se dará pela colação em curso profissionalizante.

52

De acordo com as disposições do Código Civil brasileiro sobre domicílio, assinale a alternativa correta.

- (A) O domicílio da pessoa natural é sempre o lugar onde ela tem residência com ânimo definitivo, não sendo possível a fixação de domicílio em mais de um local ao mesmo tempo.
- (B) O Código Civil admite que a pessoa jurídica tenha apenas um domicílio, que corresponderá obrigatoriamente ao local de sua sede administrativa.
- (C) O agente público que exerce funções em lugar diverso do seu domicílio de origem terá como domicílio necessário o local onde desempenha permanentemente suas atividades.
- (D) O domicílio do incapaz é determinado pelo local onde ele reside, independentemente do domicílio de seus representantes legais.
- (E) A pessoa natural pode ter domicílio contratual apenas nos casos expressamente previstos em lei, não sendo permitido que as partes estipulem livremente seu domicílio em contratos privados.

53

Sobre a imputação ao pagamento, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro no capital e depois nos juros, salvo estipulação em contrário.
- (B) Ao credor é conferido o direito de indicar qual débito será quitado se o devedor tiver com ele dívidas líquidas e vencidas.

(C) Na ausência de manifestação do devedor e do credor sobre a imputação do pagamento, este será destinado à dívida mais onerosa, se as dívidas forem todas líquidas e vencidas ao mesmo tempo.

- (D) Não tendo o devedor declarado em qual das dívidas líquidas e vencidas quer imputar o pagamento, se aceitar a quitação de uma delas, não terá direito a reclamar contra a imputação feita pelo credor, ainda que provado que esse agiu com violência ou dolo.
- (E) Caso o devedor pague parte de uma dívida garantida por fiança e parte de outra sem garantia, o pagamento será imputado à obrigação garantida, pois há interesse público na preservação da fiança.

54

De acordo com as disposições do Código Civil brasileiro sobre a cessão de crédito, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.
- (B) O cessionário de crédito hipotecário tem o dever de averbar a cessão no registro do imóvel.
- (C) Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.
- (D) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- (E) A cessão de um crédito, salvo disposição em sentido contrário, abrangem-se todos os seus acessórios.

55

Acerca da visão do STJ sobre a teoria da imprevisão nas relações contratuais assinale a alternativa incorreta.

- (A) A presença da ferrugem asiática na lavoura e as variações de preço não acarretam, por si só, onerosidade excessiva, para motivar a resolução de contratos agrícolas, pois os imprevistos são inerentes ao negócio.
- (B) A revisão dos contratos em razão da pandemia não constitui decorrência lógica ou automática, devendo ser analisadas a natureza do contrato e a conduta das partes.
- (C) O valor do aluguel de sala comercial pode ser reduzido em razão da Covid-19 em razão de fato superveniente.
- (D) Maxidesvalorização cambial não autoriza a aplicação da teoria da imprevisão.
- (E) O aumento do custo da mão de obra em razão de reajuste salarial fixado em convenção coletiva de trabalho configura fato imprevisível capaz de justificar a repactuação contratual.

56

- A gestão de negócios disciplina a atuação voluntária de uma pessoa na administração de interesses alheios. Com base nessa temática, assinale a alternativa correta.
- (A) A gestão de negócios só se configura quando há prévia autorização do titular do interesse, sendo inválida qualquer atuação sem o seu consentimento expresso.
- (B) O gestor responde pelo caso fortuito quando fizer operações arriscadas, ainda que o dono costumasse fazê-las.
- (C) O gestor envidará toda sua diligência habitual na administração do negócio, ficando assim desobrigado de ressarcir ao dono eventual prejuízo.
- (D) Havendo mais de um gestor, subsidiária será a sua responsabilidade.
- (E) A gestão de negócios configura um ato ilícito, pois não é permitido intervir nos interesses de terceiros sem a devida outorga de poderes por meio de instrumento público ou particular.

57

- Acerca dos alimentos e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ,é incorreto afirmar:
- (A) ação de alimentos gravídicos não se extingue com o nascimento da criança.
- (B) é possível a realização de acordo com a finalidade de exonerar o devedor do pagamento de alimentos devidos e não pagos.
- (C) a teoria do adimplemento substancial não tem incidência nos vínculos jurídicos familiares.
- (D) o inadimplemento dos alimentos compensatórios não autoriza a prisão civil por dívida.
- (E) a prisão do genitor configura impossibilidade da prestação de alimentos.

58

- No que tange à obrigação de indenizar prevista no Código Civil, aponte a alternativa correta.
- (A) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar.
- (B) O dono do animal sempre será obrigado a ressarcir o dano por este causado.
- (C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- (D) O direito à indenização por danos morais não é transmissível com o falecimento do titular.
- (E) A responsabilidade civil é dependente da criminal.

59

- O usufruto é um direito real sobre coisa alheia que confere ao usufrutuário a posse, o uso, a administração e a percepção dos frutos do bem, respeitada a sua destinação econômica. Com base nessa definição e nas normas do Código Civil brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) É obrigado à caução o doador que se reservar o usufruto da coisa doada.
- (B) Quando o usufruto recaí em títulos de crédito, o usufrutuário tem direito a perceber os frutos, mas não de cobrar as respectivas dívidas.
- (C) Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito.
- (D) O usufrutuário é sempre obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício do usufruto.
- (E) Não é possível constituir usufruto a mais de uma pessoa.

60

- No que diz respeito aos impedimentos matrimoniais não podem se casar, exceto:
- (A) os afins em linha reta.
- (B) os irmãos unilaterais.
- (C) ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- (D) o tutor ou o curador e os seus descendentes com a pessoa tutelada ou curatelada.
- (E) o adotante com quem foi cônjuge do adotado.

61

Acerca do Condomínio em Multipropriedade, julgue os itens a seguir:

- I – A multipropriedade se extingue automaticamente se todas as frações de tempo forem do mesmo multiproprietário.
- II – Institui-se a multipropriedade por ato entre vivos ou testamento.
- III – O período correspondente a cada fração de tempo será de, no mínimo, 7 (sete) dias, seguidos ou intercalados e poderá ser fixo, flutuante ou misto.

É correto o que consta em:

- (A) apenas no item I.
- (B) apenas no item II.
- (C) apenas nos itens I e II.
- (D) apenas nos itens II e III.
- (E) todos os itens.

62

Acerca da adoção conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

- (A) é possível a revogação da adoção unilateral.
- (B) em situações excepcionais, é possível a adoção avoenga.
- (C) a adoção de pessoa maior de idade não precisa do consentimento de seu pai biológico.
- (D) a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.
- (E) o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual se fornecerá certidão.

Direito Empresarial

Edilson Enedino

63

A Lei n. 9.279/1996 regula a proteção a marcas, patentes, desenhos industriais e selos geográficos, a denominada propriedade industrial. Sobre a possibilidade de declaração de nulidade de patente, é correto afirmar:

- (A) o processo de nulidade não prosseguirá caso seja extinta a patente.
- (B) a nulidade da patente não poderá ser arguida como matéria de defesa.
- (C) na ação de nulidade de patente, o prazo para resposta do réu titular da patente será de sessenta dias.
- (D) a ação de nulidade de patente será ajuizada contra seu titular no foro da Justiça Estadual, desnecessária a intervenção do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
- (E) a ação de nulidade de patente não poderá ser proposta pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

64

Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão mantidos na condução da atividade empresarial. Contudo, o juiz poderá afastar referidos administradores e nomear um gestor judicial em determinadas hipóteses. Das situações abaixo, indique aquela que não caracteriza motivo para o referido afastamento.

- (A) Ter seu afastamento previsto no plano de recuperação judicial.
- (B) Houver indícios veementes de ter cometido crime contra o patrimônio, a economia popular ou a ordem econômica.
- (C) Negar-se a prestar informações solicitadas pelo administrador judicial ou pelos demais membros do Comitê.
- (D) Efetuar gastos pessoais manifestamente excessivos em relação à sua situação patrimonial.
- (E) Houver indícios veementes de ter cometido crime falimentar.

65

As antigas sociedades irregulares e de fato foram tratadas no atual Código Civil com a designação de Sociedade em Comum. Regras próprias foram estabelecidas para tratarem dessas sociedades com ausência ou irregularidades em seus atos constitutivos ou registro. Sobre as Sociedades em Comum, é correto afirmar:

- (A) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade por todos os meios de prova admitidas pelo direito.
- (B) Ante a ausência de personalidade jurídica, os bens sociais não respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios nos negócios societários.
- (C) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, contudo poderão invocar benefício de ordem aqueles sócios que não contrataram pela sociedade.
- (D) Os terceiros que contratarem com a sociedade em comum somente por escrito podem provar a existência dela.
- (E) Além das normas próprias aplicadas às Sociedades em Comum, subsidiariamente aplicam-se a elas as regras da Sociedade Limitada.

66

A duplicata diferencia-se dos demais títulos de crédito ante a sua causalidade. A vinculação do pagamento do título à sua origem torna-o uma espécie de resumo do contrato de compra e venda a prazo que o constituiu. Sobre a duplicata, é correto afirmar:

- (A) No pagamento da duplicata, não poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor resultantes de devolução de mercadorias ou diferenças de preço.
- (B) Não é lícito ao comprador resgatar a duplicata antes de aceitá-la ou antes da data do vencimento.
- (C) A duplicata não admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento.
- (D) O aval dado posteriormente ao vencimento da duplicata produzirá os mesmos efeitos de uma fiança.
- (E) Contrariando o princípio da literalidade, a prova do pagamento da duplicata pode ser o recibo, passado pelo legítimo portador ou por seu representante, em documento, em separado, com referência expressa à duplicata.

67

A alienação fiduciária em garantia de bens imóveis conta com legislação específica no Brasil. Atualmente, é correto afirmar, quanto às disposições aplicáveis, que:

- (A) no prazo de sessenta dias, contado da data de liquidação da dívida do imóvel financiado, o fiduciário fornecerá o termo de quitação ao devedor e, se for o caso, ao terceiro fiduciante.
- (B) intimado, o devedor fiduciante deve pagar a prestação vencida até a data da intimação, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive os tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel e as despesas de cobrança e de intimação.
- (C) vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e constituídos em mora o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante, será consolidada extrajudicialmente a propriedade do imóvel em nome do fiduciário.
- (D) para fins de caracterização da mora, o devedor será intimado, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do registro de imóveis competente, a satisfazer, no prazo de trinta dias, a prestação vencida e aquelas que vencerem até a data do pagamento.
- (E) o não fornecimento do termo de quitação no prazo legal acarretará multa ao fiduciário equivalente a 1% ao mês, ou fração, sobre o valor do contrato, que se reverterá em favor daquele a quem o termo não tiver sido disponibilizado.

68

Segundo a legislação falimentar, o juiz poderá de ofício:

- (A) declarar a ineficácia de atos praticados pelo falido antes da decretação da falência.
- (B) desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade falida.
- (C) declarar a responsabilidade solidária dos sócios de responsabilidade limitada pelas dívidas da massa falida.
- (D) estender a falência aos empresários que compõem o mesmo grupo econômico do falido.
- (E) revogar atos praticados pelo falido mediante fraude contra credores.

Direito Penal**Vitor Falção****69**

Paulo, com a intenção de matar João, realiza três disparos de arma de fogo contra a vítima. Pedro é hospitalizado, vindo o enfermeiro José, por descuido, a trocar a medicação prescrita ao paciente, aplicando-lhe substância diversa, a qual João é alérgico, o que provoca a sua morte.

Diante do caso narrado, Paulo deverá ser responsabilizado por:

- (A) homicídio consumado e José, por homicídio culposo.
- (B) tentativa de homicídio e José, por homicídio culposo.
- (C) tentativa de Homicídio e José por homicídio doloso.
- (D) lesão corporal e José, por homicídio doloso.
- (E) lesão corporal qualificada pelo perigo de vida e José, por homicídio culposo.

70

Vitor, no seu aniversário de casamento de 10 anos, por estar tomando uma medicação, resolveu não ingerir nenhum tipo de bebida alcoólica. Ocorre que, sem o conhecido de Vitor, um conhecido colocou um comprimido de uma substância psicotrópica em seu copo, o que deixou Vitor inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos. Vitor, então, tirou sua roupa e passou a tocar os seios de algumas convidadas sem o consentimento delas. Diante do caso narrado, é correto afirmar que Vitor:

- (A) cometeu o crime de ato obsceno e importunação sexual.
- (B) ainda que tenha praticado condutas típicas, ficará isento de pena em virtude da embriaguez culposa.
- (C) ainda que tenha praticado condutas típicas, ficará isento de pena em virtude da embriaguez accidental completa.
- (D) cometeu o crime de ato obsceno e importunação sexual, mas em virtude da embriaguez, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- (E) cometeu o crime de ato obsceno e importunação sexual e terá sua pena agravada em virtude da embriaguez preordenada.

71

João, após ter seu trailer furtado por diversas vezes, resolve fazer uma ligação clandestina e oculta de um fio eletrificado nas maçanetas do estabelecimento, visando repelir eventuais furtadores. Durante a noite, Paulo, um morador de rua da região, toca na maçaneta e morre eletrocutado. Diante do caso narrado, a correta adequação típica do fato é:

- (A) João não praticou crime.
- (B) homicídio.
- (C) João praticou um fato típico, porém lícito, pois praticado em legítima defesa preordenada.
- (D) João praticou um fato típico, porém lícito, pois praticado em estado de necessidade.
- (E) João praticou um fato típico, porém lícito, pois praticado no exercício regular de direito.

72

Paula, às 03h da madrugada, quando voltava de uma festa completamente embriagada, após ter ingerido bebidas voluntariamente, rompe o cadeado da área de uma casa e subtrai uma bicicleta.

Diante do caso narrado, é correto afirmar:

- (A) Paula deverá responder por crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, com o aumento de pena do repouso noturno.
- (B) Paula deverá responder por crime de furto simples, com o aumento do repouso noturno.
- (C) Paula deverá responder apenas por furto qualificado por rompimento de obstáculo.
- (D) não deverá responder por qualquer crime, em virtude de estar completamente embriagada.
- (E) Deverá responder apenas por furto qualificado, mas com a pena atenuada em virtude da embriaguez.

73

Júlio, recém habilitado, acabou de ganhar um carro novo do seu pai de presente de aniversário. Então, ele chama seu amigo Pedro para juntos, estrearem o carro novo. Durante o trajeto, Pedro, empolgado, sugere a Júlio que acelere para testar a potência do veículo. Ocorre que em virtude da velocidade, Júlio perde o controle e atropela e mata um indivíduo que andava pelas margens da rodovia.

- (A) Pedro não poderá ser responsabilizado pela conduta de Júlio, porque o ordenamento jurídico pátrio não admite o concurso de pessoas nos delitos culposos.
- (B) Pedro deverá ser responsabilizado pela sua conduta de induzir Júlio, na condição de partípice.
- (C) Os crimes culposos admitem a coautoria e a participação, porém, na hipótese em apreço, Pedro não deverá ser responsabilizado.

- (D) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a participação em crime culposo, e Pedro não poderá ser responsabilizado.
- (E) Pedro e Júlio são igualmente coautores do homicídio culposo.

74

De acordo com a teoria da acessoriada limitada, o partípice será punido se o autor praticar uma conduta:

- (A) típica.
- (B) típica, ilícita e culpável.
- (C) típica e ilícita, ainda que não se inicie os autos executórios.
- (D) típica e ilícita, desde que o crime seja ao menos tentado.
- (E) típica, ilícita, culpável e punível.

75

Imagine que após um navio afundar, dois naufragos lutem até a morte por um único colete salva-vidas.

Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) O sobrevivente poderá alegar legítima defesa como causa de exclusão da ilicitude.
- (B) Caso um dos naufragos morra, o sobrevivente não cometerá crime porque agiu no exercício regular de um direito.
- (C) Ocorrendo o falecimento de um deles, o sobrevivente responderá por homicídio privilegiado.
- (D) Caso um dos naufragos morra, o sobrevivente não cometerá crime porque agiu no estrito cumprimento do dever legal.
- (E) Os naufragos não podem alegar legítima defesa, estando em uma situação de estado de necessidade recíproco.

76

Joaquim, visando matar Júlia, desfere um disparo de arma de fogo em seu peito. Após, acreditando ter alcançado o resultado, Joaquim joga o corpo de Júlia no rio, o que vem a efetivamente causar a sua morte por afogamento. Joaquim não responderá por tentativa de homicídio e homicídio consumado em razão do instituto do:

- (A) geral.
- (B) de segundo grau.
- (C) eventual.
- (D) alternativo.
- (E) cumulativo.

77

Antônio, visando ser o único herdeiro do seu pai que já se encontra internado em estágio terminal, induz o seu irmão de 13 anos a cometer o suicídio, o que acaba resultando na morte do adolescente.

- (A) homicídio qualificado.
- (B) induzimento ao suicídio na forma simples.
- (C) Tentativa de homicídio
- (D) induzimento ao suicídio na forma qualificada.
- (E) homicídio simples

78

Bruna vinha dirigindo seu carro quando, em uma descida, percebeu que vinha em sua direção, na traseira de seu veículo, um enorme caminhão desgovernado. Para salvar a sua vida, Bruna jogou o seu automóvel para o acostamento, colidindo com uma banquinha de frutas que ficava à margem da rodovia. Logo, a conduta de Bruna constitui:

- (A) estado de necessidade defensivo.
- (B) estado de necessidade agressivo.
- (C) legítima defesa.
- (D) Deverá responder pelo crime de dano.
- (E) exercício regular do direito.

79

Jack, maior e capaz, líder religioso, sob a alegação de que estava realizando uma limpeza espiritual, praticou atos libidinosos com Joana, 19 anos, a qual consentiu com a prática em razão da argumentação do autor.

A conduta de Jack configura:

- (A) estupro de vulnerável.
- (B) assédio sexual.
- (C) atípica.
- (D) violação sexual mediante fraude.
- (E) estupro na forma simples.

80

Paulo ao discutir com Janete, que estava no 7º mês de gestação, lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Janete perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Janete apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda. Diante do exposto, Paulo praticou um crime de:

- (A) lesão corporal seguida de morte.
- (B) lesão corporal gravíssima, em decorrência de ter provocado o aborto.
- (C) aborto doloso.
- (D) aborto culposo.
- (E) lesão corporal leve em concurso formal com aborto na forma culposa.



Exame Nacional da Magistratura

2º Simulado

3ª Edição(Pós-Edital)

FOLHA DE RESPOSTAS



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com pinguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

Contato para vendas:

WhatsApp (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora